



RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS NA FORMAÇÃO JURÍDICA

Victor Hugo Vinivios Wicthoff Raniero¹

1. INTRODUÇÃO

A formação jurídica contemporânea demanda a constante articulação entre teoria e prática, de modo a possibilitar ao estudante não apenas a compreensão dos institutos jurídicos, mas também a capacidade de aplicá-los de forma crítica e reflexiva na realidade social. Nesse contexto, a disciplina Projeto Integrador VI, desenvolvida no curso de Direito do Centro Universitário Metropolitano de Maringá, foi estruturada com o propósito de promover experiências formativas voltadas à integração entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como eixo temático a responsabilidade dos agentes públicos.

Realizada no segundo semestre de 2025, com estudantes do sexto semestre do curso de Direito, a disciplina buscou proporcionar uma vivência acadêmica que articulasse conteúdos teóricos relacionados às obrigações, à responsabilidade civil e aos princípios da Administração Pública com atividades práticas que estimulassem a produção científica e a aplicação social do conhecimento jurídico.

O objetivo da experiência consistiu em promover a integração entre teoria e prática no estudo da responsabilidade dos agentes públicos, fortalecendo a formação acadêmica por meio da pesquisa e da construção de materiais informativos voltados à comunidade. Ao mesmo tempo, buscou-se estimular o pensamento crítico, a capacidade argumentativa e o desenvolvimento de habilidades comunicativas essenciais à formação do profissional do Direito.

A experiência foi desenvolvida ao longo do semestre letivo, com carga horária de quarenta horas, envolvendo estudantes organizados em atividades individuais e coletivas. No primeiro momento, os acadêmicos foram desafiados a elaborar artigos científicos fundamentados em pesquisa bibliográfica e análise crítica de temas

¹ Bacharel em Direito, Mestre em direito pelo Programa e Pós-Graduado em Direito Processual Civil.



relacionados ao conteúdo da disciplina. Em um segundo momento, os estudantes desenvolveram, em grupo, banners informativos com linguagem acessível, destinados à divulgação de conteúdos jurídicos relevantes, os quais foram apresentados oralmente e posteriormente expostos em espaço institucional.

2. MARCO TEÓRICO

A compreensão da responsabilidade dos agentes públicos insere-se no contexto do Estado Democrático de Direito, cuja estrutura normativa estabelece a necessidade de atuação estatal pautada pela legalidade, moralidade, eficiência e responsabilidade perante a sociedade. Nesse sentido, a responsabilidade civil do Estado constitui importante mecanismo de garantia dos direitos fundamentais, ao assegurar a reparação de danos decorrentes de ações ou omissões da Administração Pública.

A evolução da teoria da responsabilidade civil demonstra a passagem de um modelo baseado na culpa para a adoção da responsabilidade objetiva do Estado, fundamentada na teoria do risco administrativo, conforme previsto na Constituição Federal. Tal perspectiva reforça o dever estatal de reparar danos independentemente da comprovação de culpa, desde que evidenciado o nexo causal entre a conduta administrativa e o prejuízo sofrido pelo particular.

A boa-fé objetiva apresenta-se como princípio estruturante das relações jurídicas, orientando comportamentos pautados pela lealdade, confiança e cooperação. No âmbito da Administração Pública, esse princípio contribui para a construção de relações mais transparentes e seguras, reforçando a necessidade de atuação estatal comprometida com a ética e com o respeito aos direitos dos administrados.

Os princípios da Administração Pública, por sua vez, constituem parâmetros normativos fundamentais para a atuação estatal, orientando a conduta dos agentes públicos e assegurando a observância da legalidade e da moralidade administrativa. O estudo desses fundamentos permite compreender o Direito como instrumento de



regulação social e de promoção da justiça, reforçando a importância do controle jurídico sobre a atuação do poder público.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência desenvolvida ao longo da disciplina evidenciou resultados significativos no processo de aprendizagem dos estudantes, especialmente no que se refere ao aprofundamento teórico e ao desenvolvimento de competências acadêmicas e profissionais. A elaboração dos artigos científicos possibilitou aos acadêmicos a oportunidade de explorar temas relevantes e contemporâneos, como prisão cautelar indevida, princípio da legalidade na Administração Pública e acesso a medicamentos de alto custo, demonstrando a capacidade de relacionar conceitos jurídicos com situações concretas.

Observou-se que o processo de produção científica contribuiu de maneira significativa para o fortalecimento da escrita acadêmica e da argumentação jurídica, além de estimular o pensamento crítico e a autonomia intelectual. Os estudantes demonstraram progressiva apropriação dos conceitos trabalhados, evidenciando maior segurança na análise de questões jurídicas e na construção de posicionamentos fundamentados.

A elaboração dos banners informativos representou importante estratégia de aproximação entre o conhecimento jurídico e a sociedade, ao traduzir conteúdos técnicos em linguagem acessível e promover a disseminação de informações relevantes. A apresentação oral e a exposição dos materiais permitiram o desenvolvimento de habilidades comunicativas e o fortalecimento do trabalho em equipe, além de reforçar a dimensão social do Direito.

Entre os principais resultados observados, destaca-se o elevado nível de engajamento dos estudantes, evidenciado pela qualidade dos trabalhos apresentados, pela consistência das análises desenvolvidas e pela participação ativa nas atividades propostas ao longo da disciplina. O envolvimento demonstrado refletiu-se tanto na



produção acadêmica quanto nas ações extensionistas, indicando comprometimento com o processo de aprendizagem e com a aplicação prática dos conteúdos trabalhados.

Ao mesmo tempo, a experiência revelou desafios importantes, especialmente no que se refere à necessidade de aprimoramento contínuo da escrita científica e à capacidade de articulação entre teoria e prática. Tais aspectos evidenciaram que a consolidação do conhecimento jurídico exige não apenas domínio conceitual, mas também o desenvolvimento de habilidades metodológicas e interpretativas. Nesse sentido, os desafios identificados reforçam a relevância das metodologias ativas no ensino jurídico, uma vez que estas favorecem a construção gradual dessas competências e estimulam uma formação mais crítica, reflexiva e alinhada às demandas profissionais contemporâneas.

De modo geral, a vivência demonstrou que atividades integradoras contribuem para uma aprendizagem mais significativa, ao promover a participação ativa dos estudantes e favorecer a compreensão da aplicabilidade dos conteúdos teóricos no contexto social e profissional. Ao articular momentos de estudo teórico, produção científica e ações extensionistas, a disciplina possibilitou que os acadêmicos assumissem papel protagonista no processo de aprendizagem, desenvolvendo autonomia intelectual e senso crítico.

Essa dinâmica favoreceu a construção do conhecimento de forma contextualizada, permitindo que os estudantes relacionassem conceitos jurídicos com situações concretas e demandas sociais reais. A interação com diferentes metodologias também estimulou habilidades essenciais à formação profissional, como trabalho em equipe, comunicação clara, capacidade de síntese e argumentação fundamentada.

Além disso, a experiência evidenciou que a aproximação entre universidade e comunidade amplia o significado do aprendizado, ao demonstrar que o Direito não se limita à aplicação normativa, mas também exerce função educativa e transformadora. Nesse sentido, as atividades integradoras contribuíram para o desenvolvimento de uma postura mais reflexiva e socialmente comprometida, fortalecendo a formação de



profissionais preparados para atuar de maneira ética, crítica e responsável diante dos desafios contemporâneos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que iniciativas como o Projeto Integrador desempenham papel fundamental na formação de juristas éticos, críticos e socialmente responsáveis, ao mesmo tempo em que reafirmam a função do ensino superior como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação social e a consolidação de uma sociedade mais justa e democrática.

Além disso, experiências dessa natureza contribuem significativamente para a aproximação entre universidade e sociedade, ao promover a aplicação prática dos saberes jurídicos em contextos reais. Esse movimento favorece a compreensão mais aprofundada das demandas sociais e estimula a construção de soluções jurídicas mais sensíveis, eficazes e alinhadas à realidade, fortalecendo o papel do Direito como instrumento de cidadania, inclusão e justiça social.

Destaca-se, ainda, o desenvolvimento de competências transversais essenciais à formação profissional contemporânea, como trabalho em equipe, responsabilidade, organização, pensamento crítico e capacidade de adaptação. Tais habilidades ampliam a formação do estudante para além do domínio técnico, promovendo uma visão mais integrada, interdisciplinar e alinhada às exigências do mundo do trabalho.

Por fim, evidencia-se a importância da continuidade e do fortalecimento de práticas pedagógicas inovadoras, que valorizem o protagonismo discente e promovam uma aprendizagem significativa e contextualizada. Nesse sentido, o Projeto Integrador consolida-se como uma estratégia formativa relevante, contribuindo para a formação de profissionais comprometidos não apenas com a excelência técnica, mas também com os valores éticos, democráticos e sociais que fundamentam a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

5. REFERÊNCIAS



Revista da Extensão
UNIFAMMA
Centro Universitário

DALLARI, A. A. **Tratado de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MACHADO, M. R. D. A. **Teoria da responsabilidade no Estado democrático de direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.

RASSI, J. D.; GRECO FILHO, V. **O combate à corrupção e comentários à Lei nº 12.846/2013**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERO, S. **Tratado de responsabilidade pública**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SOARES, R. M. F. **Sociologia e antropologia do direito**. São Paulo: Saraiva, 2019.